Revista Educação & Cultura contemporânea
Universidade Estácio de Sá
Programa de Pós-Graduação em Educação
ISSN: 2238-1279

A COMPREENSÃO DO CONTEXTO EMERGENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE/COM QUALIDADE SOCIAL

UNDERSTANDING THE EMERGING CONTEXT OF HIGHER EDUCATION IN THE TRAINING OF TEACHERS FOR/WITH SOCIAL QUALITY

LA COMPRENSIÓN DEL CONTEXTO EMERGENTE DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE/CON CALIDAD SOCIAL

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura [1]

Código DOI

Resumo

Este manuscrito se propõe ampliar o debate sobre o conceito de contexto emergente da Educação Superior, direcionando a discussão para o cenário da formação de professores, à luz dos desafios para a qualidade social da educação no período pandêmico. Para alcançar esse objetivo, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma pesquisa teórico-bibliográfica como método investigativo. A análise revela a complexidade presente ao conceito de contexto emergente, sobretudo no que se refere à formação docente pautada pela qualidade social. Nesse âmbito, destaca-se a relevância de aspectos como a promoção da equidade, o acesso e o sucesso educacional; o aprimoramento profissional e pedagógico; o fortalecimento do engajamento comunitário e das parcerias institucionais; e a gestão e as políticas institucionais. Esses elementos estão articulados às dimensões política, social, institucional e cultural, que são estruturantes do conceito de qualidade social na educação.

Palavras-chave: Contexto Emergente. Educação Superior. Formação de Professores. Qualidade Social.

Abstract

This article aims to expand the debate on the concept of the emerging context of Higher Education, directing the discussion to the scenario of teacher training, in light of the challenges to the social quality of education during the pandemic. To achieve this objective, a qualitative approach is adopted, based on theoretical-bibliographical research as an investigative method. The analysis reveals the complexity present in the concept of the emerging context, especially with regard to teacher training guided by social quality. In this context, the relevance of aspects such as the promotion of equity, access and educational success; professional and pedagogical development; strengthening community engagement and institutional partnerships; and institutional management and policies stands out. These elements are linked to the political, social, institutional and cultural dimensions, which structure the concept of social quality in education.

Keywords: *Emerging Context. Higher Education. Teacher Education. Social Quality.*

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Email: julian.fontoura@ufrgs.br | Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8507-6538

Revista Educação & Cultura contemporânea
Universidade Estácio de Sá
Programa de Pós-Graduação em Educação
ISSN: 2238-1279

Resumen

Este artículo tiene como objetivo ampliar el debate sobre el concepto de contexto emergente de la Educación Superior, dirigiendo la discusión al escenario de la formación docente, a la luz de los desafíos para la calidad social de la educación en el período de pandemia. Para lograr este objetivo se adopta un enfoque cualitativo, basado en la investigación teórico-bibliográfica como método investigativo. El análisis revela la complejidad presente en el concepto de contexto emergente, especialmente en lo que respecta a la formación docente guiada por la calidad social. En este contexto, destaca la relevancia de aspectos como promover la equidad, el acceso y el éxito educativo; superación profesional y pedagógica; fortalecer la participación comunitaria y las asociaciones institucionales; y gestión y políticas institucionales. Estos elementos están vinculados a las dimensiones política, social, institucional y cultural, que estructuran el concepto de calidad social en la educación.

Palabras clave: *Contexto Emergente. Educación Superior. Formación de Profesores. Calidad Social.*

Introdução

O cenário da Educação Superior é marcado por profundas transformações estruturais, impulsionadas por fatores multifacetados que se intensificaram nas últimas décadas: a convergência de avanços tecnológicos, mudanças demográficas, pressões do mercado de trabalho e expectativas sociais em constante mudança delineia um panorama dinâmico e complexo. A intensificação da digitalização, catalisada pela pandemia de Covid-19, acelerou a integração de tecnologias digitais nos processos de ensino-aprendizagem, com destaque para a utilização de plataformas online e ferramentas emergentes. Adicionalmente, a internacionalização institucional, a crescente valorização da inclusão e da diversidade, e a necessidade de preparar os estudantes para um mercado de trabalho globalizado e em constante transformação constituem elementos centrais dessa nova configuração (Braun; Bolzan, 2021).

A trajetória histórica da universidade, marcada por profundas transformações, revela sua natureza dinâmica, evidenciando seu duplo papel como agente e produto das dinâmicas sociais. Este movimento dialético reflete tanto a sua capacidade de adaptar-se às demandas de cada época quanto de influenciar os rumos da sociedade por meio do conhecimento e da formação cidadã. No cenário atual, as crises que atingem a universidade, sejam elas de ordem financeira, política, tecnológica ou social, têm sido objeto de análise e investigação acadêmica em diversas áreas do conhecimento. Essas crises, por sua vez, são mudanças drásticas que afetaram não apenas a estrutura e a gestão universitária, mas também os valores e princípios que norteiam suas atividades.

O arcabouço legislativo que rege as universidades desempenha um papel central nesse processo, apresentando novas perspectivas que reconfiguram seus objetivos e sua cultura institucional. Políticas públicas, marcos regulatórios e diretrizes educacionais apresentam desafios impostos e ao mesmo tempo avanços oportunizados, especialmente na construção de uma universidade mais inclusiva, diversa e alinhada às demandas do século XXI. Essas mudanças legislativas dialogam com questões como a internacionalização, a necessidade de inclusão digital, o incentivo à pesquisa interdisciplinar e a expansão do acesso à educação.

Consequentemente, emergem demandas por formatos e iniciativas inovadoras nas práticas pedagógicas, que se materializam na integração de novas tecnologias, metodologias ativas de aprendizagem e na ênfase em projetos que articulem ensino, pesquisa e extensão de maneira integrada. Além disso, cresce a relevância de abordagens que promovem o engajamento social e a formação de cidadãos críticos, capazes de atuar em contextos marcados por incertezas e complexidade. Nesse sentido, a universidade contemporânea é chamada de reinventar-se continuamente, respondendo não apenas às crises, mas também às oportunidades que se apresentam, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento humano, científico e social.

A Educação Superior encontra-se em um momento caracterizado por desafios complexos que transcendem suas funções tradicionais alinhadas às dimensões indissociáveis do ensino, pesquisa e extensão. Esses desafios refletem as profundas transformações da sociedade contemporânea, marcadas pela globalização, pela evolução tecnológica, pela intensificação das desigualdades sociais e pela emergência de crises ambientais e políticas. Nesse contexto, as universidades são convocadas a compensar seu papel não apenas como instituições de produção e divulgação de conhecimento, mas também como agentes de transformação social e inovação.

Existe uma necessidade urgente de conciliar demandas locais e globais em um cenário de transformação, como já descrito por Didriksson (2008, p. 5) é um “estado de mutação que encontra em todas as partes e tem pontos de contato, de domínio e de diferenciação”. Este olhar para a educação universitária nos ajuda na compreensão da ideia de uma Educação Superior imersa a um cenário de constante disputa, onde diferentes atores e interesses competem por espaço e influência. Assim, a universidade deixa de ser um espaço neutro ou isolado, tornando-se um campo de tensão em que agendas

locais, nacionais e internacionais frequentemente se entrecruzam e entram em conflito. Por um lado, há pressão para que as Instituições de Educação Superior (IES) atendam às demandas econômicas globais, como a formação de profissionais alinhados às exigências do mercado e ao desenvolvimento de pesquisas tecnológicas que impulsionam a competitividade internacional.

Por outro lado, surgem demandas por um compromisso mais profundo com os contextos locais, buscando atender às necessidades específicas das comunidades em que estão inseridas, promovendo a inclusão, a justiça social e a sustentabilidade. Essa dualidade é intensificada pela globalização da Educação Superior, que amplia os horizontes de colaboração e troca de conhecimentos, mas também coloca desafios relacionados à homogeneização cultural e à perda de autonomia das universidades locais. A emergência de rankings internacionais, por exemplo, reflete essa dinâmica, funcionando tanto como um estímulo à excelência quanto como um fator de pressão que reforça desigualdades entre instituições de diferentes contextos socioeconômicos.

Importante considerar que a disputa por espaço e influência na Educação Superior envolve uma multiplicidade de atores, incluindo governos, organismos internacionais, empresas privadas e a própria sociedade civil. Cada um desses atores traz interesses específicos, que muitas vezes entram em conflito, como a ênfase no retorno econômico versus o compromisso com o bem público. Nesse cenário, a universidade é desafiada a construir estratégias que permitam articular essas demandas contraditórias, sem perder de vista sua missão fundamental de promover o conhecimento, a inovação e o desenvolvimento humano. Essa disputa se manifesta em diversos níveis, desde a definição de políticas públicas e modelos de financiamento até a escolha de currículos e metodologias de ensino, nos referimos aqui ao “contexto emergente da Educação Superior”.

É crucial reconhecer que essa disputa por espaço e influência na Educação Superior reflete tensões que vão além das instituições acadêmicas, pois são influenciadas por dinâmicas globais, regionais e locais. Os governos, muitas vezes, privilegiam políticas que visam à competitividade internacional e ao desenvolvimento econômico, enquanto organismos internacionais promovem agendas alinhadas a objetivos globais, como os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Por outro lado, empresas privadas frequentemente buscam influenciar a educação e seus processos em função das demandas do

mercado de trabalho, priorizando habilidades técnicas e práticas imediatas. A sociedade civil, por sua vez, exige uma educação que contribua para a justiça social, a equidade e a cidadania.

Nesse contexto, as IES enfrentam o desafio de equilibrar essas demandas contraditórias, evitando uma instrumentalização excessiva que comprometa sua autonomia e sua responsabilidade social. A definição de políticas públicas e modelos de financiamento, por exemplo, torna-se um terreno de disputa, onde o interesse público muitas vezes colide com a lógica mercadológica (Morosini, 2016). Da mesma forma, a escolha de currículos e metodologias de ensino pode revelar a influência dessas tensões, com currículos ora voltados para uma formação crítica e humanista, ora reduzidos a atender exigências imediatas de empregabilidade. Portanto, o "contexto emergente da Educação Superior" exige uma postura ativa e estratégica das universidades, que devem ser capazes de articular os diferentes interesses em jogo, reafirmando seu papel como espaços de produção de conhecimento crítico e inovação voltada para o bem comum.

Alguns autores do campo de estudos da Educação Superior, como Morosini (2014; 2016) e Dalla Corte (2017), dedicam-se à análise do contexto emergente da Educação Superior sob diversas interfaces e perspectivas. Suas contribuições são fundamentais para compreender os múltiplos fatores que influenciam esse espaço em transição, marcados por profundas transformações econômicas, sociais, tecnológicas e culturais. Esses estudos exploram temas como a internacionalização das universidades, a ampliação do acesso à educação superior, a inserção das novas tecnologias no ensino e a reconfiguração das práticas pedagógicas, além de questões relacionadas à governança universitária e ao financiamento público e privado.

Nessa perspectiva, alinhado ao conceito de contexto emergente, ajuíza-se a atenção à "qualidade social da educação", uma noção ainda muito pouco explorada em estudos do campo da Educação Superior. A qualidade na educação, como indicam Silva (2009), Gusmão (2013), e Tedesco e Rebelatto (2015), não se configura apenas como um conjunto de normas e procedimentos técnicos estanques, mas sim como um processo socialmente construído e em constante transformação. A busca pela qualidade transcende a mera aplicação de modelos importados ou a adoção de indicadores padronizados, requer uma análise crítica que considere as particularidades socioculturais e históricas de cada realidade, revelando-se assim

como um processo dialético e participativo, envolvendo todos os sujeitos participantes do processo educativo em sua totalidade na definição de seus objetivos e na construção de seus próprios caminhos.

Juntamente com a crescente atenção à qualidade social, retoma-se o olhar para a formação de professores, como um elemento crucial para o desenvolvimento de profissionais completos e engajados, capazes de promover uma educação transformadora. Ao transcender a mera transmissão de conhecimentos técnicos, essa formação valoriza a sensibilidade, a ética, a empatia e o pensamento crítico, formando educadores que compreendem a importância do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e humana. A formação socialmente referenciada (qualidade social) fomenta a reflexão crítica sobre as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, auxiliando as IES na formação de professores como agentes de transformação social dentro e fora do ambiente educativo (Flach, 2012; Silva, 2009).

Esta investigação se apresenta enquanto um estudo essencialmente de cunho teórico, fundamentado em uma abordagem analítica e reflexiva sobre os conceitos centrais da temática investigada (contexto emergente, Educação Superior e qualidade da educação). A pesquisa se desenvolve a partir de uma revisão bibliográfica, privilegiando autores clássicos e contemporâneos, objetivando compreender e problematizar os fundamentos teóricos que sustentam o debate acadêmico. A análise busca perspectivas articuladas diferentes, promovendo o diálogo entre os referenciais teóricos selecionados para construir um panorama crítico sobre a construção do conceito de contexto emergente da Educação Superior e a sua possibilidade de ampliação na perspectiva da formação de professores.

Todavia, no incremento da leitura proposta do contexto emergente, foi utilizado como referência secundária dados produzidos pela pesquisa “O Fenômeno da Qualidade Social da Educação Superior: O Contexto Emergente na Perspectiva da Formação Docente” (Fontoura; Klering; Silva 2023; 2024), que objetivou compreender os movimentos institucionais de garantia e oferta da Educação Superior de/com qualidade social na perspectiva de estudantes de cursos de licenciatura da instituição, a partir da experiência dos sujeitos junto ao ensino remoto emergencial (ERE) no período pandêmico (2020-2022). Assim, esta investigação se propõe ampliar o debate sobre o conceito de contexto emergente da Educação Superior, direcionando a discussão para o cenário da formação de professores, à luz dos desafios para a qualidade social da educação no período pandêmico.

Enquanto estratégia metodológica este estudo utiliza pesquisa teórico-bibliográfica (Souza Filho; Lima, 2021), caracterizada pela análise e interpretação de materiais previamente publicados, na construção ou aprofundamento do conhecimento sobre um determinado tema, mediante a sistematização de conceitos, teorias e ideias presentes na literatura especializada. Essa modalidade de pesquisa distingue-se pela utilização de fontes confiáveis e pela articulação crítica entre os referenciais teóricos selecionados, permitindo a elaboração de reflexões que fundamentam discussões teóricas, formulação de hipóteses ou propostas de investigação futura. Diferentemente de estudos empíricos, a pesquisa teórico-bibliográfica não demanda a coleta de dados primários, concentrando-se na construção de uma base argumentativa consistente a partir de aportes teóricos previamente disponíveis.

Neste contexto, é imperativo que as IES se comprometam com uma abordagem holística e integrada, que vá além das fronteiras tradicionais do ensino, pesquisa e extensão. A formação inicial e continuada de professores deve ser centrada na qualidade social da educação, promovendo a sensibilidade, a ética, a empatia e o pensamento crítico como pilares fundamentais. A construção de uma Educação Superior que seja verdadeiramente inclusiva e socialmente responsável requer um esforço contínuo para revisar e adaptar práticas pedagógicas, políticas institucionais e modelos de financiamento. Somente assim é possível garantir que as universidades não apenas respondam às demandas emergentes, mas também sejam ativas na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os estudantes possam alcançar seu pleno potencial e contribuir significativamente para o desenvolvimento humano e social.

Revisitando o Contexto Emergente da Educação Superior

O campo da Educação Superior está constantemente em tensão, pois busca compreender os diversos fatores que influenciam e moldam o ambiente universitário, refletindo a complexidade e a dinâmica da sociedade (Cortesão; Stoer, 2002; Morosini, 2006). Isso envolve uma leitura do processo de (re)significação, no qual o espaço universitário em questão adota uma visão utilitarista, empreendedora, flexível e inovadora. Além disso, esse espaço vai além da formação de indivíduos voltada apenas às competências exigidas e modificadas pelo mercado de trabalho (Ferreira; Oliveira, 2010). As transformações em curso na Educação Superior demandam uma postura mais responsável e proativa por

parte dos agentes políticos e gestores universitários. É preciso ir além da mera gestão administrativa e financeira, buscando uma compreensão profunda dos desafios e oportunidades que se apresentam neste novo cenário.

O conceito "contexto emergente da Educação Superior" é abrangente e capaz de englobar diversas interpretações, no entanto, entendemos os contextos emergentes sob a perspectiva das demandas que surgem externamente à universidade. Essas demandas podem derivar de políticas globais, mudanças tecnológicas relacionadas ao mundo do trabalho, e políticas de democratização do acesso e permanência de novos públicos nas IES. Muitas vezes, essas demandas são externas à tradição universitária, isto é, são iniciativas que não se originaram dentro do ambiente acadêmico, mas vêm de fora, exigindo novas iniciativas e reflexões sobre as práticas usuais. Esse contexto se apresenta como um espaço, um ínterim dois modelos teóricos distintos: o tradicional e o neoliberal, cada um com características e implicações próprias, Morosini (2014), explora os modelos teóricos com o apoio de Espinoza e Gonzalez (2012) e Didriksson (2012), como indicado na figura 1.

Figura 1 – Representação do modelo de contexto emergente da Educação Superior

Fonte: Adaptado de Morosini (2015).

No modelo tradicional, a Educação Superior se orienta para o bem comum, com a ciência e a tecnologia servindo ao desenvolvimento científico, à promoção da cultura e ao serviço à comunidade. A pesquisa acadêmica busca expandir o conhecimento humano e solucionar problemas sociais, enquanto o ensino se concentra na formação de cidadãos críticos e engajados. A gestão institucional, por sua vez,

privilegia a autonomia acadêmica, sem interferência externa na produção de conhecimento. O foco está na relevância social da universidade, com financiamento público garantindo a gratuidade do ensino e o acesso democrático à educação. Exemplos desse modelo podem ser encontrados em IES públicas com forte tradição de pesquisa e extensão, que desempenham um papel importante na produção de conhecimento e na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e para a sociedade.

Em contraste, o modelo neoliberal (também conhecido como modelo do século XXI), apresenta uma Educação Superior orientada para o bem individual e a empregabilidade, buscando atender às demandas do mercado de trabalho. A ênfase reside na transferência de tecnologia para o setor produtivo e na prestação de serviços ao Estado, com uma gestão focada na eficiência, na competitividade e no autofinanciamento. A pesquisa acadêmica se volta para a aplicação prática do conhecimento, com foco em inovação e desenvolvimento tecnológico. O ensino, por sua vez, prioriza a formação de profissionais aptos a atender às demandas do mercado, com ênfase em habilidades técnicas e práticas. A rentabilidade e a satisfação da demanda privada por educação são priorizadas, muitas vezes em detrimento do acesso universal e da gratuidade do ensino. IES privadas, com foco em cursos profissionalizantes e forte ligação com o mercado de trabalho, podem ser consideradas exemplos desse modelo.

Esses modelos teóricos permitem a compreensão dos movimentos de transformação da Educação Superior, marcada pela coexistência e pela tensão entre diferentes lógicas e valores. Os contextos emergentes, se situam nesse espaço de transição, e acabam evidenciando a necessidade de se repensar o papel da universidade na sociedade, buscando um equilíbrio entre a autonomia acadêmica, a relevância social e a sustentabilidade financeira. Os modelos propostos para a Educação Superior oscilam entre duas vertentes: a orientação para o mercado e a construção da cidadania, com forte engajamento em questões sociais, esses extremos representam apenas os pontos finais de um espectro que abriga inúmeras possibilidades de hibridismo.

Ao se referir ao cenário dos contextos emergentes na América Latina, Didriksson (2012), indica a sua constituição um cenário complexo e multifacetado, onde o sistema de ensino se caracteriza pela heterogeneidade e segmentação social, com a coexistência de instituições públicas e privadas que apresentam diferentes níveis de qualidade e prestígio, refletindo as desigualdades socioeconômicas. Paralelamente, observa uma expansão e interiorização do sistema, com o aumento do número de

instituições e vagas em todo o território nacional, o que amplia o acesso à Educação Superior, mas também impõe desafios em termos de garantia de qualidade e equidade.

Refletindo segmentação social mencionada por Espinoza e Gonzalez (2012), Morosini (2016), onde estudantes de maior poder aquisitivo têm acesso a instituições de prestígio, enquanto populações mais vulneráveis acabam concentradas em instituições com infraestrutura precária, corpo docente menos qualificado e oferta limitada de cursos. Essa realidade reflete não apenas desigualdades econômicas, mas também as lacunas culturais e institucionais que dificultam a consolidação de uma Educação Superior verdadeiramente inclusiva. A coexistência de instituições com diferentes propósitos, modelos de financiamento e níveis de autonomia torna o desafio ainda mais complexo. Garantir a equidade nesse cenário exige estratégias integradas que articulem expansão com qualidade, valorizem a diversidade de contextos regionais e promovam a sustentabilidade do sistema como um todo. Assim, o contexto emergente na América Latina demanda um olhar crítico e comprometido para reverter as desigualdades estruturais e transformar a Educação Superior em um motor efetivo de desenvolvimento social, econômico e cultural.

A presença de Macro Universidades, com ampla oferta de cursos e programas, contribui para a democratização do acesso, mas também suscita questionamentos sobre a eficiência da gestão e a qualidade do ensino oferecido. A diversidade institucional e de modalidades de ensino, abrangendo universidades, centros universitários, faculdades e institutos tecnológicos, proporciona opções para diferentes perfis de estudantes e demandas do mercado de trabalho. E por fim, a massificação da demanda social por Educação Superior e a crescente internacionalização das universidades ampliam as oportunidades de formação e intercâmbio, mas também apresentam desafios em termos de adaptação às demandas globais e preservação da identidade nacional. A crescente busca por qualificação e a internacionalização das universidades exigem que as instituições se adaptem a um cenário globalizado, sem negligenciar as particularidades e necessidades locais/regionais.

Morosini (2014; 2015; 2016) e Dalla Corte (2017), ao se debruçarem sobre o contexto brasileiro, acabam indicando que regiões marcadas por desenvolvimento heterogêneo e desigualdades socioeconômicas, os contextos emergentes da Educação Superior evidenciam uma intrínseca complexidade, a despeito dos avanços na democratização do acesso e na diversificação institucional,

persistem desafios cruciais. A garantia de financiamento sustentável e equitativo, a conciliação entre a massificação do acesso e a manutenção da qualidade acadêmica, a atração e retenção de docentes com excelência em pesquisa e ensino, a promoção de uma cultura acadêmica que valorize a autonomia intelectual, a meritocracia e a excelência, e a oferta de educação de alta qualidade para todos os estudantes de graduação são questões prementes que demandam soluções inovadoras e eficazes.

A emergência de um sistema acadêmico diferenciado, que combine o acesso universalizado com a excelência em pesquisa, é uma realidade global, mas se torna ainda mais crítica em países em desenvolvimento. A construção de um modelo híbrido, capaz de atender tanto às demandas por formação em massa quanto à produção de conhecimento de ponta, é fundamental para impulsionar o desenvolvimento científico, tecnológico e social dessas nações, contribuindo para a superação das desigualdades e a promoção da justiça social. Esse modelo híbrido exige a criação de políticas públicas robustas que incentivem a inclusão e a permanência de estudantes de diversas origens socioeconômicas. É essencial garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, que não apenas prepare indivíduos para o mercado de trabalho, mas também forme cidadãos conscientes e críticos.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão é outro pilar crucial desse modelo, as IES devem se envolver ativamente com as comunidades ao seu redor, utilizando a extensão como uma via de mão dupla para transferir conhecimento e a compreensão profunda das realidades locais. Essa interação fortalece a relevância social da universidade e garante que as atividades acadêmicas estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade. Além disso, a internacionalização das universidades em países em desenvolvimento pode trazer benefícios significativos, como a troca de conhecimentos e experiências, a formação de redes de pesquisa globais e a atração de talentos internacionais. No entanto, essa internacionalização deve ser equilibrada e adaptada às realidades locais, garantindo que as práticas e os conhecimentos importados sejam contextualizados e relevantes para os desafios específicos de cada nação.

O debate sobre a Qualidade Social da Educação

A busca pela qualidade na Educação Superior se intensifica em meio à crescente complexidade dos sistemas educacionais contemporâneos, a pandemia de Covid-19 evidenciou a necessidade de adaptação

e inovação por parte das IES, impulsionando a adoção do ERE como medida paliativa para garantir a continuidade dos processos formativos. No entanto, o ensino remoto também expôs a necessidade de uma reavaliação crítica dos modelos tradicionais de ensino-aprendizagem, da organização dos processos educacionais e das dinâmicas institucionais, suscitando uma reflexão mais aprofundada sobre o conceito de qualidade na educação.

Nesse sentido, as IES precisam adotar estratégias que integrem inovação pedagógica, tecnologia e compromissos éticos com as demandas da sociedade. Isso envolve não apenas uma modernização de currículos para atender às transformações do mercado de trabalho, mas também uma promoção de um ensino crítico que prepare os estudantes para enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas, a desigualdade social e as crises democráticas. Além disso, a Educação Superior deve atuar como um espaço de convergência entre diferentes saberes, valorizando tanto o conhecimento científico quanto os saberes tradicionais e comunitários, fortalecendo sua função como agente de transformação social. A criação de redes colaborativas entre instituições, comunidades e setores produtivos também surge como uma estratégia essencial para ampliar o impacto das universidades, reafirmando seu papel como espaços de construção de soluções coletivas e de promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Morosini, 2016).

A qualidade na educação, portanto, exige uma análise que considere suas dimensões contextuais, históricas e culturais, confirmando que diferentes atores – como gestores, professores, estudantes e formuladores de políticas públicas – atribuem significados diferentes a esse conceito com base em suas experiências, valores e objetivos. Gusmão (2013) aponta que essa multiplicidade de interpretações reflete as tensões e disputas que permeiam o campo educacional, onde uma ideia de qualidade frequentemente se entrelaça com agendas políticas, econômicas e sociais. A definição de qualidade também é influenciada pelos modelos de avaliação e indicadores utilizados, que nem sempre contemplam a complexidade e a diversidade dos processos educativos.

Silva (2009) ressalta que, ao reduzir a qualidade a métricas padronizadas ou a resultados mensuráveis, corre-se o risco de ignorar aspectos fundamentais, como a inclusão, a equidade e o impacto social das práticas pedagógicas. Essa visão limitada pode levar à reprodução de desigualdades, em vez de promover transformações positivas. Dessa forma, pensar a qualidade na educação requer uma abordagem

crítica e plural, que leve em conta não apenas os resultados quantitativos, mas também os processos qualitativos que sustentam a formação integral dos sujeitos. É urgente adotar perspectivas que valorizem o diálogo entre diferentes saberes e realidades, compreendendo a qualidade como uma construção coletiva e situada, em constante diálogo com as demandas e desafios do contexto educacional contemporâneo.

Ao adotar uma abordagem crítica e reflexiva sobre a qualidade na educação, é possível superar a visão simplista e reducionista que muitas vezes permeia o discurso educacional. A qualidade não é um fim em si mesma, mas um meio para alcançar uma educação mais justa, equitativa e emancipadora, capaz de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade. A crise global expôs as profundas disparidades sociais e econômicas que impactam diretamente o acesso à educação de qualidade, especialmente para os grupos mais marginalizados e vulneráveis da nossa sociedade. Nesse contexto, a noção de qualidade social da educação emerge como um imperativo ético e político, destacando a necessidade de promover uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas que também seja um agente de transformação social e de redução das desigualdades.

A qualidade social da educação se apresenta de forma multifacetada e paradigmática, transcendendo a mera transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas, com o objetivo de promover a formação integral dos indivíduos. Essa perspectiva se afasta de concepções tradicionais e utilitaristas da educação, que frequentemente a reduzem a um mecanismo de inserção no mercado de trabalho. Enfatizando a construção de valores éticos, o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de agir em prol do bem comum. Reconhece-se que a educação não se limita à aquisição de informações, mas engloba a formação de cidadãos conscientes, engajados e capazes de intervir na realidade social (Campos, 2000; Gusmão, 2003).

A ideia de que a educação é um bem público é essencial para a discussão sobre qualidade social, isso significa que a educação deve ser vista como um direito de todos, e não como um privilégio para poucos. A qualidade social da educação demanda a garantia de acesso universal e equitativo à educação, independentemente da origem social, econômica ou cultural dos indivíduos. Essa perspectiva tem sido defendida por diversos autores, como Campos (2000), Silva (2009), Flach (2012) e Gusmão (2003), entre

outros, que enfatizam a importância da participação, da coletividade e da concepção da educação como um bem público na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

> Gestada no interior dos movimentos populares, a nova concepção acerca da qualidade em educação – a qualidade social – forma-se e direciona inúmeras discussões a respeito do tema, em contraposição à qualidade total de cunho empresarial. Essa discussão ganha importância no âmbito da escola pública, indicando novos caminhos para o entendimento sobre a organização pedagógica e política da educação (Flach, 2012, p. 9).

A qualidade social é uma noção essencialmente latino-americana, frequentemente considerada pouco familiar em países desenvolvidos, a sua centralidade do debate em torno dessa qualidade surge como um fenômeno característico das demandas educacionais dos países do Global Sul, particularmente no contexto da educação pública. Fontoura e Corsetti (2019; 2021) destacam essa perspectiva ao analisarem os movimentos internacionais de produção acadêmica sobre a temática da qualidade entre 2007 e 2019, evidenciando como essas discussões são moldadas pelas especificidades locais. Enquanto muitos países do Global-Norte avançaram significativamente na superação de questões como equidade/iniquidade, igualdade/desigualdade e diversidade/homogeneidade em seus sistemas educacionais, esses desafios permanecem centrais no contexto brasileiro.

Em contraste com a visão predominante nos países desenvolvidos, que frequentemente enfatiza indicadores de desempenho e resultados, a qualidade social da educação adota uma perspectiva transformadora, visando a formação de cidadãos críticos, participativos e emancipados, capazes de construir uma sociedade mais justa e equitativa. Essa abordagem transcende a mera busca por indicadores quantitativos, como taxas de aprovação, evasão e empregabilidade, e se concentra na formação holística dos indivíduos, englobando aspectos como o desenvolvimento do pensamento crítico, a construção de valores éticos e a capacidade de agência em prol do bem comum (Campos, 2000).

Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 15) definem a qualidade social da educação como um processo de "atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social". Essa perspectiva destaca a importância de uma formação que vá além do desenvolvimento individual e se conecte com as necessidades sociais, promovendo a participação ativa dos indivíduos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para os autores, a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem é um elemento central

para alcançar a qualidade social da educação. Nessa perspectiva, a construção do conhecimento se torna um processo dialógico e colaborativo, em que os estudantes são encorajados a questionar, problematizar e construir significados de forma crítica e reflexiva.

A qualidade social da educação empodera os indivíduos para o exercício pleno da cidadania e da democracia, especialmente em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais. Essa abordagem supera a visão utilitarista da qualidade, frequentemente internalizada no meio educacional, que prioriza os interesses de mercado em detrimento dos objetivos sociais da educação (Flach, 2012). Ao invés de se restringir à formação de mão de obra para o mercado, a qualidade social busca promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, capacitando-os para a participação ativa na sociedade e para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

Dentro da perspectiva do contexto emergente alinhado à garantia da qualidade social na formação de professores é fundamental a construção de sistemas educacionais mais equitativos e eficazes. A formação de professores orientada para a qualidade social não se limita à aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, mas também abrange o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a capacidade de promover a participação crítica dos estudantes. Essa perspectiva reconhece o papel do professor como agente de transformação social, capaz de empoderar os alunos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, implica compreender a docência como prática ética, política e socialmente comprometida com a valorização da diversidade, das diferenças e das múltiplas realidades presentes nos contextos educativos. Nesse horizonte, a formação docente assume caráter estratégico na consolidação de práticas pedagógicas críticas e emancipatórias, voltadas à efetivação do direito à educação e à construção de processos educativos socialmente referenciados.

Ao priorizar uma formação docente que valoriza a inclusão, a equidade e a justiça social, as IES podem contribuir para a superação do paradigma educacional tradicional, baseado na reprodução de desigualdades. Em vez de meros transmissores de conhecimento, os professores são preparados para identificar e desconstruir as barreiras que perpetuam a marginalização de determinados grupos sociais, promovendo uma educação mais democrática, participativa e transformadora. Essa abordagem formativa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a educação seja um instrumento de emancipação e desenvolvimento humano, ao formar professores críticos e engajados, as

IES contribuem para a construção de um futuro mais promissor para todos. Nesse processo, fortalece-se também o compromisso social das instituições formadoras com a consolidação de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, a cidadania e a valorização das diferentes realidades socioculturais presentes nos espaços educativos.

O Contexto Emergente da Educação Superior na formação docente à luz da qualidade social

Como mencionado anteriormente, esta investigação se configura como um estudo teórico, alinhado à perspectiva da pesquisa teórico-bibliográfica (Souza Filho; Lima, 2021), na sua intencionalidade de ampliar o debate em torno do conceito de "contexto emergente" na Educação Superior, com foco no papel da formação de professores e na discussão contemporânea sobre a qualidade (social) da educação. Para isso, apoia-se em um arcabouço teórico que inclui os trabalhos de Didriksson (2012), Espinoza e Gonzalez (2012), e Morosini, que contribuem para a compreensão do "contexto emergente" como um espaço de transição entre dois modelos de educação universitária. No entanto, essa perspectiva, apesar de relevante, mostra-se insuficiente para abarcar integralmente a complexidade da discussão sobre a formação de professores, especialmente na dinâmica educacional pós-pandêmica.

Ao aprofundar esse debate, a investigação destaca a necessidade de articular o conceito das especificidades e os desafios da formação docente, considerando as transformações culturais, sociais e tecnológicas que impactam diretamente a Educação Superior. Essa abordagem também busca refletir sobre como a qualidade social da educação se apresenta enquanto uma realidade possível na leitura do cenário universitário, marcado pela coexistência de modelos tradicionais e inovações institucionais. De certa forma, este estudo propõe um diálogo ampliado que transcenda as limitações das abordagens existentes, avançando na construção de referenciais teóricos que deem conta das demandas contemporâneas da formação de professores no cenário da Educação Superior.

A análise do contexto emergente toma como marco inicial, nesta investigação, a ruptura paradigmática no campo educacional ocasionada pela pandemia de Covid-19, esse evento constituiu um divisor de águas na educação, ao redefinir não apenas as formas de concepção e utilização dos espaços educativos, mas também o papel que esses espaços desempenham no tecido social. A pandemia revelou de maneira contundente as desigualdades estruturais existentes, ao mesmo tempo em que destacou a

necessidade de repensar práticas pedagógicas e questionar os fundamentos do processo de ensino e aprendizagem em períodos de crise. Esse cenário desafiou os fundamentos do processo de ensino e aprendizagem, impulsionando debates sobre a integração de tecnologias digitais, o fortalecimento da formação docente e a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa, a partir do olhar para a qualidade.

Conforme indicado por Caraça, Conceição e Heitor (1996), o modelo de educação universitária adotado pelo Brasil foi fortemente influenciado por uma tríade de modelos educacionais consolidados dos países do Global-Norte. O modelo inglês enfatiza a formação individual e o desenvolvimento de habilidades sociais, seguindo uma perspectiva neoliberal. O modelo francês destaca a formação integral dos indivíduos e a assimilação do conhecimento acumulado, com a pesquisa sendo conduzida principalmente por entidades externas à universidade. Já o modelo alemão foca na pesquisa científica como meio de aprimorar o ensino, promovendo a liberdade individual para alunos e professores.

Como apontado por Didriksson (2008), a complexidade da Educação Superior reflete tendências históricas e emergentes, destacando sua heterogeneidade e desigualdades subjacentes, espaços de ensino têm um papel crucial na construção de um cenário que melhore significativamente os níveis de vida, promovendo bem-estar, democracia e igualdade por meio da ciência, educação e cultura. Nesta mesma linha, Morosini (2014, p. 386) aponta que “novos desafios estão surgindo, destacando-se a necessidade de considerar as demandas locais em um contexto global”, em um espaço de transição permeado por diversas influências que culminam em um contexto de emergência para a Educação Superior.

Esses modelos educacionais tensionados no contexto emergente apresentado e trabalhado por Morosini (2014; 2016) e Dalla Corte (2017), surgem em um cenário de profundas mudanças políticas na América Latina, especialmente no final da década de 1980. Essas mudanças incluíram a “desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, o que faz com que haja um esgotamento da matriz estadocêntrica”, o que consequentemente levou a uma redução do papel do Estado no âmbito social (Martinez; Oliveira, 2016, p. 73).

Assim, o estudo não se limita à análise das práticas, mas busca propor reflexões críticas e prospectivas sobre os rumos da formação docente. Reconhece que o contexto emergente da Educação

Superior exige uma reconfiguração das estratégias formativas, que devem ser capazes de responder tanto às necessidades locais quanto às demandas globais. Isso inclui a incorporação de tecnologias digitais, o fortalecimento de uma pedagogia crítica e emancipatória, e o alinhamento com as políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social. Além disso, o estudo evidencia a importância de considerar os tensionamentos entre diferentes modelos e paradigmas educativos, destacando como esses conflitos influenciam a construção de uma formação docente que valorize a diversidade, a interdisciplinaridade e a sustentabilidade.

Consequentemente houve uma série de (re)significações do papel da Universidade e a sua missão junto à sociedade, para além da formação de quadros especializados. Esse movimento faz com que a universidade deixe de ser "proativa e guiando a sociedade a uma universidade que responde a demandas específicas de seus usuários" gerando assim recursos em suas funções de ensino, pesquisa e extensão (Espinoza; Gonzalez, 2012, p. 22). Essa transformação reflete-se na maneira como a universidade gera e organiza recursos em suas funções centrais de ensino, pesquisa e extensão, reforçando seu compromisso com a construção de conhecimento relevante e com a promoção de impactos sociais que atendam às necessidades contemporâneas.

Partindo do modelo presente na Figura 1, a leitura de um contexto emergente na/para formação docente, considerando a perspectiva da qualidade social da educação a partir da experiência dos estudantes com o ERE se mostra a partir dos desafios na consecução da qualidade social neste cenário. Ou seja, transcende os paradigmas tradicionais e neoliberais. Este contexto na sua relação com a perspectiva de uma formação de professores de/com qualidade social é representado pela interação dinâmica entre a universidade, a sociedade e as demandas emergentes, conforme ilustrado pela autora. O contexto emergente na formação de professores de/com qualidade social apresenta-se entre um campo de tensão entre a Universidade Tradicional, com foco na transmissão de conhecimento e na dimensão política da educação, e a Universidade Neoliberal, orientada para o mercado e a eficiência.

Os dados apresentados na pesquisa de Fontoura, Klering e Silva (2023; 2024) evidenciam movimentos significativos na compreensão do fenômeno da qualidade na formação de professores, considerando algumas dimensões de análise, inerentes à sua efetivação: dimensão política, dimensão social, dimensão institucional e dimensão cultural. Assim, vinculadas a estas dimensões ancoram-se

desafios na efetivação de uma formação de/com qualidade social, como afirmam Fontoura, Klering e Silva (2024) a luz impositiva do ERE, como a promoção da equidade, o acesso e o sucesso educacional; o aprimoramento profissional e pedagógico; o fortalecimento do engajamento comunitário e das parcerias institucionais; além de aspectos vinculados à gestão e às políticas institucionais (Figura 2).

Na dimensão política encontra-se o desafio da promoção da equidade, o acesso e o sucesso educacional, referindo-se à criação de políticas institucionais que garantam a equidade no acesso à Educação Superior. Um dos maiores desafios políticos é garantir que as políticas de acesso e sucesso educacional sejam inclusivas e práticas, atendendo às necessidades de estudantes provenientes de diferentes origens socioeconômicas e culturais. A implementação de políticas que combinam a ampliação do acesso com o sucesso acadêmico de grupos historicamente excluídos (como estudantes de baixa renda, negros, indígenas, etc.) enfrenta barreiras políticas relacionadas a financiamentos, resistência ideológica e falta de uma visão integrada de justiça social no setor educacional.

A promoção da equidade, do acesso e do sucesso na Educação Superior envolve a interconexão entre equidade educacional, inclusão digital e acesso à tecnologia, esse elemento trata de assegurar que todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação e aos recursos indispensáveis para o aprendizado. Nesse contexto, a acessibilidade desempenha um papel central, garantindo que instalações físicas, materiais didáticos e plataformas digitais sejam inclusivos e adaptados às necessidades de todos. Além disso, a justiça social emerge como princípio orientador, demandando políticas e práticas que enfrentam as desigualdades sociais e econômicas, promovendo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

O desafio do aprimoramento profissional e pedagógico imbrica-se a dimensão social, com foco na superação das desigualdades sociais no processo de formação docente. No âmbito social, um dos principais desafios é garantir que os professores recebam formação contínua de qualidade, com foco nas necessidades de uma sociedade em transformação. Isso inclui capacitação em metodologias inclusivas e no uso de tecnologias educacionais. As disparidades socioeconômicas entre diferentes regiões e grupos sociais dificultam o acesso igualitário à formação e ao desenvolvimento profissional, criando um ciclo de desigualdade que compromete a qualidade do ensino oferecido, especialmente em áreas mais carentes.

A atenção ao aprimoramento profissional e pedagógico está intrinsecamente ligada ao fortalecimento do desenvolvimento profissional docente e à construção de uma cultura institucional inclusiva. Esse processo envolve o investimento no aperfeiçoamento das competências dos professores, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às demandas contemporâneas. Além disso, busca fomentar uma cultura universitária que valorize a diversidade, o respeito mútuo e a equidade, reconhecendo a pluralidade de experiências e perspectivas como um pilar para a excelência educacional. Nesse contexto, a colaboração entre professores emerge como uma estratégia essencial. O incentivo à formação contínua, por meio de programas de capacitação e comunidades de prática, não apenas promove a atualização dos docentes, mas também estimula o intercâmbio de ideias, o compartilhamento de experiências e a criação de redes de apoio profissional, essa abordagem colaborativa reforça o compromisso com a qualidade do ensino e o desenvolvimento de soluções conjuntas para os desafios pedagógicos.

Na dimensão institucional, se faz presente os desafios ligados ao fortalecimento do engajamento comunitário e das parcerias institucionais, ao estabelecer parcerias seguras e eficazes entre a IES e a comunidade. No nível institucional, um grande desafio é promover um engajamento contínuo e produtivo entre as instituições de ensino superior e as comunidades locais, empresas, organizações sociais e outras instituições educacionais. Muitas vezes, como a IES opera de maneira isolada, sem a colaboração eficaz com a comunidade. A construção de parcerias verdadeiramente integradas requer mudanças na cultura institucional, com ênfase no compromisso social e na solidariedade. Além disso, a falta de infraestrutura e de recursos financeiros pode dificultar a implementação de parcerias que beneficiam tanto a universidade quanto a sociedade.

O engajamento comunitário e as parcerias constituem elementos fundamentais para integrar a educação à promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essa perspectiva destaca a relevância do envolvimento ativo entre as instituições de ensino superior e a comunidade, ampliando o impacto social e fortalecendo a qualidade da educação ofertada. Por meio de parcerias estratégicas com organizações locais, empresas, movimentos sociais e outros atores, é possível colaborar de forma mais efetiva na superação de desafios sociais e econômicos, ao mesmo tempo em que se promovem os objetivos educacionais. Essas iniciativas não apenas fomentam a cooperação e a troca de conhecimentos, mas

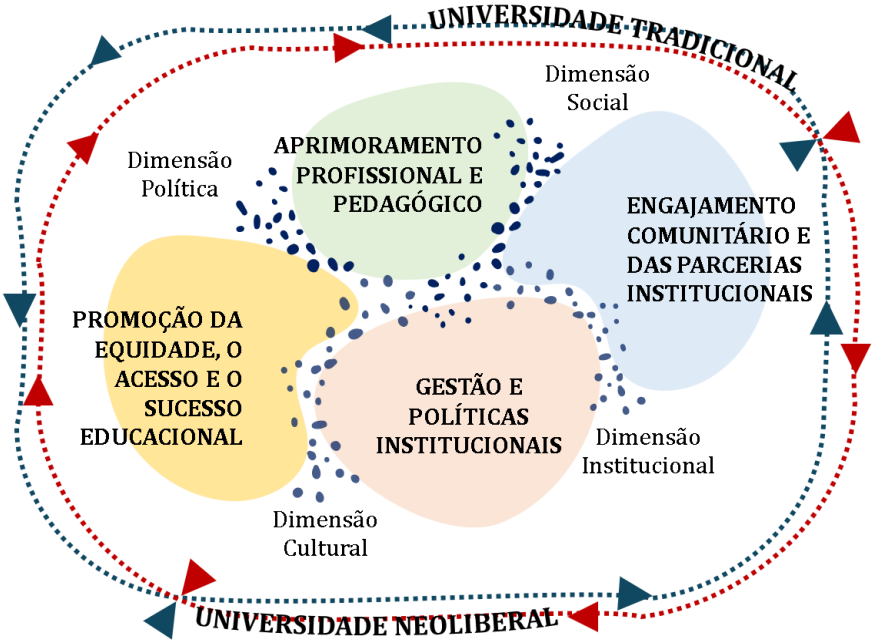
também incentivam a cidadania ativa, ao engajar estudantes e professores em projetos que transcendem os muros universitários. Nessa direção, a articulação entre universidade e comunidade contribui para a construção de processos formativos mais contextualizados, socialmente referenciados e comprometidos com as demandas concretas dos diferentes territórios e sujeitos sociais.

No cenário da gestão e das políticas institucionais se faz presente a dimensão cultural, a partir do olhar necessário para a transformação da cultura institucional para garantir uma gestão mais inclusiva e responsável. No âmbito cultural, o principal desafio é mudar a mentalidade dentro das IES, de forma que a gestão institucional não se concentre apenas na eficiência administrativa, mas também na promoção de valores como a diversidade, a inclusão e a equidade. Isso envolve enfrentar a resistência às mudanças que podem existir dentro das estruturas acadêmicas e administrativas. As políticas institucionais muitas vezes refletem práticas culturais enraizadas, e um desafio crucial é integrar práticas de gestão que contemplem as realidades culturais diversas dos estudantes e dos professores, criando ambientes acadêmicos mais inclusivos e acolhedores para todos. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer processos de participação coletiva e diálogo institucional, capazes de promover uma cultura acadêmica comprometida com o reconhecimento das diferenças, com a democratização das relações institucionais e com a efetivação da justiça social no espaço universitário.

A gestão e as políticas institucionais desempenham um papel central na garantia da qualidade educacional, na sustentabilidade financeira das IES e na efetividade das políticas educacionais implementadas. Nesse contexto, é urgente a vigilância constante sobre a avaliação e o monitoramento das práticas educacionais, buscando assegurar que os processos acadêmicos e administrativos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos e sejam ajustados conforme as necessidades da comunidade acadêmica e as demandas sociais. Destaca-se a importância da implementação de estratégias institucionais eficazes, que integrem planejamento estratégico, gestão transparente e responsável dos recursos, além de mecanismos de avaliação contínua da qualidade educacional. Esse movimento exige que as instituições assumam uma postura crítica e reflexiva diante de seus processos de gestão, articulando eficiência administrativa com compromisso social, participação democrática e garantia do direito à educação de qualidade para todos os sujeitos envolvidos.

Revista Educação & Cultura contemporânea
Universidade Estácio de Sá
Programa de Pós-Graduação em Educação
ISSN: 2238-1279

Figura 2 – Representação do modelo de contexto emergente da formação de professores de/com qualidade social.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Importante indicar que o olhar para as dimensões alinhadas aos desafios na consecução de uma formação de/com qualidade social surge como como estruturas de sustentação ao contexto emergente por sua vinculação direta com o olhar para a qualidade social na formação. As dimensões não possuem limites ou fronteiras bem definidas, além de serem tensionadas pelos modelos de educação, aproxima-se dos elementos em movimentos de aproximação e afastamento, a depender do poder do tensionamento. Esse caráter fluido das dimensões reflete a complexidade do campo educacional, onde fatores políticos, culturais, econômicos e institucionais interagem e influenciam diretamente os processos formativos. Assim, o poder do tensionamento exercido sobre essas dimensões determina a configuração dos modelos de formação, exigindo uma leitura crítica e contextualizada que permita identificar as potencialidades e os desafios no desenvolvimento de uma educação comprometida com a qualidade social.

O desenho proposto do contexto emergente da formação de professores de/com qualidade social busca evidenciar novos elementos na compreensão da Educação Superior, a partir de uma perspectiva que inclua questões emergentes do nosso tempo. Refiro-me ao que Dalla Corte (2017, p. 358), já apontava como “mudanças’, as ‘novas direções’, os ‘novos desafios’ se constituem em ‘novas exigências’, em ‘novas

realidades', em 'novas formas de fazer?''. A propositura do contexto enfatiza a importância de uma formação de professores dinâmica e responsiva às transformações sociais, tecnológicas e econômicas do mundo contemporâneo. Mesmo tensionado por modelos educativos em disputa no panorama nacional e internacional, a formação de professores de/com qualidade social deve se configurar como um processo contínuo de aprendizagem e adaptação.

A formação de professores deve ser concebida como um espaço de construção coletiva, onde a colaboração entre pares, instituições e comunidades permite a troca de experiências e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas. Essa perspectiva exige que as políticas educacionais estejam alinhadas com as necessidades reais das escolas e comunidades, promovendo o suporte contínuo ao desenvolvimento profissional docente, especialmente em regiões com maiores vulnerabilidades. Nesse sentido, o desenho do contexto emergente também exige um compromisso ético e político das IES, que precisam atuar como agentes de transformação social. Isso inclui a promoção de ambientes inclusivos e diversos, capazes de responder aos desafios de um mundo globalizado, sem negligenciar as particularidades e especificidades locais. Assim, a formação de professores de/com qualidade social transcende o âmbito técnico e pedagógico, consolidando-se como um elemento estratégico para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e preparada para enfrentar as incertezas do futuro.

E para (não) concluir...

Este estudo configura-se como um movimento inicial e sistematizado para compreender a formação de professores de/com qualidade social, considerando os tensionamentos e desafios característicos do contexto emergente da Educação Superior. Ao abordar questões que envolvem mudanças paradigmáticas nas práticas pedagógicas, nas políticas institucionais e nas demandas sociais, a investigação busca lançar luz sobre as novas exigências impostas à formação docente em um cenário marcado por transformações tecnológicas, econômicas e culturais. Assim, posiciona-se como um esforço teórico e analítico que contribui para o debate contemporâneo sobre a qualidade educacional e sua articulação com os princípios de equidade, inclusão e inovação.

O conceito de contexto emergente, alinhado à perspectiva da qualidade social fica mais rico, traz para si um olhar para as demandas formativas e de atendimento à educação do Sul-Global. É no dinamismo deste espaço de transição que as profundas mudanças estruturais se apresentam na arena de disputa, não apenas entre os modelos tradicional e neoliberal, mas também aos desejos, as vontades, os anseios e os limites daqueles que detém o poder no mundo globalizado. O entendimento desse espaço de transição é essencial para uma análise aprofundada das transformações em curso no âmbito da Educação Superior na formação de professores, possibilitando a identificação de tendências, desafios e oportunidades emergentes neste contexto em constante evolução.

A construção de um contexto emergente da Educação Superior fundamentado nos princípios da qualidade social e sua vinculação com justiça social, do combate às desigualdades e das vulnerabilidades, não se limita apenas a preparar os indivíduos para o sucesso pessoal e profissional, mas sim a promover uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa. Ao reconhecer e enfrentar ativamente as disparidades e injustiças presentes no sistema educacional e na sociedade como um todo, as IES podem desempenhar um papel fundamental na transformação social e na promoção do bem-estar coletivo. Ao adotar uma abordagem centrada na justiça social e na solidariedade, a Educação Superior se torna não apenas um meio de acesso ao conhecimento, mas também um catalisador para a construção de um futuro mais igualitário para todos.

No centro dessa tensão, surge a busca por uma formação docente que integre alguns elementos: equidade, acesso e sucesso; ao aprimoramento profissional e pedagógico; ao engajamento comunitário e parcerias; e não menos importante, aspectos alinhados ao campo de gestão e políticas institucionais, estes elementos acabam configurando-se como desafios de efetivação do ERE na perspectiva da qualidade social da formação de professores. Essa abordagem reflete um movimento em que o processo formativo não se limita a práticas pedagógicas isoladas, mas busca se conectar com as necessidades e demandas locais, respeitando a diversidade de contextos e a realidade sociocultural dos estudantes e das comunidades em que os docentes atuam. A articulação entre teoria e prática, é crucial para superar os obstáculos estruturais e sociais que permeiam a educação, permitindo que a formação docente seja não apenas técnica, mas profundamente enraizada em princípios de justiça social e inclusão. Assim, o desafio

não é apenas na capacitação dos professores, mas na construção de uma cultura educacional transformadora, capaz de refletir as mudanças desejadas na sociedade.

Na consecução de uma formação de/com qualidade social na perspectiva do contexto emergente é imperativo transcender a visão instrumental da educação, que a reduz à mera transmissão de técnicas e conteúdo, frequentemente defasados diante das novas demandas sociais e tecnológicas. A formação docente deve, em contrapartida, estimular o desenvolvimento de professores críticos e reflexivos, capazes de questionar a realidade e construir conhecimentos relevantes para a transformação social. Isso implica capacitá-los para a análise crítica de informações, o desenvolvimento do pensamento científico e a utilização ética e responsável das novas tecnologias.

A ampliação do conceito de contexto emergente revela-se fundamental ao abordar os desafios políticos, sociais, institucionais e culturais enfrentados pela Educação Superior. A dimensão política demanda a promoção da equidade e do sucesso educacional, mediante políticas inclusivas que considerem as necessidades de grupos historicamente marginalizados, como estudantes de baixa renda, negros e indígenas. Isso exige a interconexão entre inclusão digital, acessibilidade e justiça social, promovendo igualdade de oportunidades e enfrentando barreiras estruturais e ideológicas. Na dimensão social, o aprimoramento profissional e pedagógico torna-se indispensável para superar desigualdades no processo formativo docente. A formação contínua e o desenvolvimento de metodologias inclusivas, associados ao fortalecimento de redes colaborativas entre professores, não apenas garantem maior qualidade no ensino, mas também consolidam uma cultura educacional mais equitativa e responsiva às transformações sociais.

Já na dimensão institucional, o engajamento comunitário e as parcerias com organizações locais, movimentos sociais e outros atores destacam-se como instrumentos para integrar educação e impacto social. A construção de parcerias efetivas, por meio de uma cultura institucional comprometida com a solidariedade e a justiça social, amplia o alcance das universidades para além de seus muros, incentivando a cidadania ativa e a colaboração intersetorial. Por fim, a dimensão cultural evidencia a necessidade de transformação na mentalidade das instituições, promovendo uma gestão inclusiva e responsável que valorize a diversidade e a equidade. Políticas institucionais que integrem planejamento estratégico, gestão

transparente e mecanismos de avaliação contínua são essenciais para criar ambientes acadêmicos acolhedores e alinhados às demandas contemporâneas.

Ao expandir o conceito de contexto emergente, enfatiza-se a interdependência entre os diversos desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior, apontando para a urgência de estratégias integradas que articulem justiça social, inclusão e inovação como pilares para uma educação transformadora. Essas estratégias integradas devem considerar as especificidades dos contextos locais e globais, reconhecendo que os desafios enfrentados pelas IES são multidimensionais e demandam respostas que transcendam soluções fragmentadas. Nesse sentido, a interação entre política, prática pedagógica, engajamento comunitário e gestão institucional deve ser guiada por um compromisso ético com a formação de cidadãos críticos e socialmente engajados. Além disso, a ampliação do conceito de contexto emergente implica em uma abordagem dinâmica, capaz de responder às mudanças rápidas e imprevisíveis que caracterizam a contemporaneidade, como crises sociais, econômicas e ambientais.

As instituições precisam adotar uma postura reflexiva e adaptativa, garantindo que seus processos formativos não apenas acompanhem essas transformações, mas contribuem ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse panorama, a inclusão de vozes diversas na formulação de políticas e práticas educacionais torna-se indispensável. Estudantes, professores, gestores e comunidades locais devem ser envolvidos como agentes ativos na co-criação de soluções, reforçando a relevância do diálogo intersetorial e da construção coletiva de conhecimentos. Dessa forma, a Educação Superior pode consolidar-se como um espaço de inovação, inclusão e transformação social, em consonância com os princípios fundamentais da justiça e da equidade.

A formação docente deve ser construída de forma colaborativa, envolvendo universidades, escolas, comunidades, organizações sociais e outros atores comprometidos com a educação de qualidade. A troca de experiências e saberes entre esses diferentes atores pode enriquecer a formação dos professores e fortalecer o vínculo entre a universidade e a escola, preparando-os para os desafios do contexto emergente e sua capacidade de mutação, a luz de um conjunto de interesses e influências que modificam não apenas a tessitura social, mas a forma com a compreendemos e suas novas demandas igualmente emergentes. Essa colaboração deve ser orientada por uma perspectiva interinstitucional e interdisciplinar, que valorize tanto os saberes acadêmicos quanto os conhecimentos práticos e comunitários. O diálogo

constante entre universidade e escola, por exemplo, pode possibilitar a criação de currículos mais contextualizados e sensíveis às realidades locais, promovendo práticas pedagógicas que respondam às diversidades culturais, sociais e econômicas dos territórios onde os professores atuarão.

Compreender o contexto emergente da Educação Superior é importante para as comunidades de pesquisa, especialmente aquelas focadas no estudo de políticas educacionais, práticas pedagógicas inovadoras e processos de gestão acadêmica. Essa abordagem possibilita a identificação e análise dos desafios e oportunidades gerados pelas rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas que influenciam diretamente o ensino superior. Ademais, ao aprofundar-se nesse contexto, as comunidades de pesquisa podem colaborar no desenvolvimento de estratégias voltadas para a promoção da inclusão, da equidade e da qualidade educacional. Este movimento se mostra relevante é o papel da pesquisa em iluminar as dinâmicas que moldam as relações entre as instituições de ensino superior, as comunidades locais e os mercados de trabalho. Isso inclui a análise de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso e do sucesso educacional, bem como a investigação de práticas que fortaleçam a conexão entre a Educação Superior e os desafios globais, como as mudanças climáticas, as desigualdades sociais e a transformação digital.

Ao adotar um olhar crítico e reflexivo sobre o contexto emergente, as comunidades acadêmicas podem fomentar o diálogo interdisciplinar e interinstitucional, promovendo inovações que reflitam as demandas contemporâneas. Esse enfoque não apenas enriquece a produção de conhecimento, mas também contribui para a construção de uma educação superior mais alinhada com os princípios de justiça social, responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável. Além disso, é imperativo que a formação docente contemple o desenvolvimento de competências que transcendem o domínio técnico-pedagógico, abrangendo aspectos como a educação para a cidadania, a inclusão digital, o uso ético e crítico das tecnologias e a construção de espaços educacionais mais equitativos e participativos.

Referências

BRAUN, J. R. BOLZAN, D. P. V. Contextos emergentes nos cursos de licenciatura: o que pensam os professores iniciantes. **Políticas Educacionais – PolEd**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/120079. Acesso em 06 maio 2026.

CAMPOS, M. M. A qualidade da educação em debate. **Cadernos do observatório**: a educação brasileira na década de 90. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, n. 2, out. 2000.

CARAÇA, J. M. G.; CONCEIÇÃO, P.; HEITOR, M. V. Uma perspectiva sobre a missão das universidades. **Análise Social**, v. 31, n. 139, 5. ed., p. 1201-1233, 1996. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41011248. Acesso em: 07 maio 2026.

CORTESÃO, L.; STOER, S. R. Cartografando a transnacionalização do campo educativo: o caso português. In: SOUSA SANTOS, B. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 377-414. Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/97596. Acesso em: 07 maio 2026.

DALLA CORTE, M. G. Um estudo acerca dos contextos emergentes nos cursos de licenciatura no Brasil: em destaque a internacionalização. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 357–367, 2017. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/29023. Acesso em: 06 maio 2026.

DIDRIKSSON, A. *et al*. Contexto Global y Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. In: UNESCO. **La educación superior en el mercado Configuraciones emergentes nuevos provedores**. Venezuela: IESALC/UNESCO, 2008. Disponível em: http://200.6.99.248/~bru487cl/files/CAPITULO_01_Didriksson.pdf. Acesso em 06 maio 2026.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de.; SANTOS, C. de. A. **A Qualidade da Educação**: conceitos e definições. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Série Documental Textos para Discussões, 2007. Disponível em: https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/A-Qualidade-na-educacao-DISCUSS%C3%83O-N%C2%BA-24.pdf. Acesso em 07 maio 2026.

ESPINOZA, O.; GONZALEZ, L. E. Universidad y bien publico nuevas tendencias en América latina. In: FUENTE, J. R. de la.; DIDRIKSSON, A. (Coords.). **Universidad, responsabilidad social y bien publico**: el debate desde América Latina. Mexico: Universidad de Guadalajara, 2012. p. 123 – 151.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. de. As reformas da Educação Superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre Educação**. v. 17, n. 18, p. 50-67, 2010. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/54. Acesso em: 07 maio 2026.

FLACH, S. de. F. Contribuições Para o Debate Sobre a Qualidade Social da Educação na Realidade Brasileira. **Contexto & Educação**, ano 27, n. 87, Jan.Jun/2012. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/191/307. Acesso em 07 maio 2026.

FONTOURA, J.; CORSETTI, B. A centralidade no debate sobre a qualidade social da educação: a produção do conhecimento (2009 – 2019). **Educere Et Educare**, v. 16, n. 40, p. 467–487, 2021. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/23849. Acesso em: 06 maio 2026.

FONTOURA, J.; CORSETTI, B. A qualidade da educação superior em contexto emergente: uma aproximação na perspectiva da produção acadêmica recente (2007 – 2017). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 3, p. 711–726, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932018000300711&script=sci_abstract. Acesso em: 07 maio 2026.

FONTOURA, J.; KLERING, J. P.; SILVA, J. M. da. A formação de professores no cenário da qualidade social da educação: Algumas perguntas sobre o ensino remoto emergencial. **Políticas Educacionais – PolEd**, v. 17, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/137616. Acesso em 07 maio 2026.

FONTOURA, J.; KLERING, J. P.; SILVA, J. M. Compreensões da qualidade social no contexto do ensino remoto emergencial: A formação docente em perspectiva. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/86267. Acesso em 07 maio 2026.

GUSMÃO, J. B. de. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio**: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 79, p. 299-322, Jun/2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8JpqPrntFpL4WVPLZV3gF6v/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 maio 2026.

MARTINEZ, E. D. M.; OLIVEIRA, T. F. de. Políticas neoliberais na américa latina: uma análise comparativa dos casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2016. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/2535. Acesso em: 06 maio 2026.

MOROSINI, M. C. A universidade nos contextos emergentes: os modelos e papéis. In: FRANCO, M. E.; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Orgs). **Educação Superior e contextos emergentes**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior - conceitos e práticas. **Educar**, n. 28, p. 107-127, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/k4qqgRK75hvVtq4Kn6QLSJy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 maio 2026.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 2, p. 385–405, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/qZF8Fpz8MjgWHNdC38frh5Q/abstract/?lang=pt. Acesso em: 07 maio 2026.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, v. 29, n.

78, p. 216-226, Ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/?lang=pt. Acesso em: 07 maio 2026.

SOUZA FILHO, J. A. de.; LIMA, A. F. de. Relatos de uma Pesquisa Teórico-Bibliográfica: Reconstrução enquanto Operador Crítico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e227673, p. 1-13, 2021. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/mMNQPXzfmg5kXmYBfLGQgvz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 06 maio 2026.

TEDESCO, A. L.; REBELATTO, D. M. B. Qualidade social da educação: um debate em aberto. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 8, n. 16, p. 173-197, 2015. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/1020. Acesso em: 06 maio 2026.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

Como citar este artigo:

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. A compreensão do contexto emergente da Educação Superior na formação de professores de/com qualidade social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 23, 2026. Disponível em: https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11402. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Durante a preparação e o desenvolvimento deste manuscrito, não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial. Sendo assim, o autor assume total responsabilidade pelo conteúdo publicado.

Revisores: Kisis Fontoura (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT)

Sobre o autor:

JULIAN SILVEIRA DIOGO DE ÁVILA FONTOURA é doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande so Sul (PUCRS). Professor do Departamento de Estudos Especializados, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Recebido em 30 de maio de 2024
Versão corrigida recebida em 26 de novembro de 2024
Aprovado em 07 de maio de 2026